

## ACEITAÇÃO DO OUTRO: IGUALDADE NA DIVERSIDADE ÉTNICA NA ESCOLA

Celso Kraemer<sup>1</sup>

Mariana Francine Fronza<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo resulta do projeto de extensão, *Aceitação do Outro: igualdade na diversidade étnica na escola*. O Projeto foi motivado pela urgência de se implementar a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. O diagnóstico mostrou que ainda há muito que fazer para que a lei de fato seja efetivada no ambiente escolar. O artigo faz uma rápida discussão sobre a história do racismo e o que é ser negro no Brasil hoje. Em seguida se discute os dados do diagnóstico, buscando compreender o que revela a visão dos estudantes das escolas públicas de educação básica de Blumenau sobre preconceito e sobre racismo. Os dados mostram que o racismo está naturalizado e que há um desafio gigante para torná-lo visível e buscar sua superação, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade. Mas se reconhece o papel da escola nesse processo.

**Palavras-chave:** Racismo. Preconceito. Aceitação do Outro. Educação. Lei 10.639/2003.

## ACCEPTANCE OF THE OTHER: EQUALITY ETHNIC DIVERSITY IN THE SCHOOL

**ABSTRACT:** This article is the result of the extension project, *acceptance of the Other: equality ethnic diversity in school*. The project was motivated by the urgency of implementing the Law 10.639 / 2003, mandating the teaching of History and Afro-Brazilian culture in schools. The diagnosis showed that there is still much to do to the fact that law to take effect in the school environment. The article is a brief discussion about the history of racism and what is to be black in Brazil today. Then it discusses the diagnostic data, trying to understand what reveals the vision of students in public schools of basic education Blumenau about prejudice and about racism. The data show that racism is naturalized and that there is a huge challenge to make it visible

---

<sup>1</sup>Doutor em Filosofia. Professor do Mestrado em Educação da FURB - Universidade Regional de Blumenau. Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [kraemer250@gmail.com](mailto:kraemer250@gmail.com)

<sup>2</sup>Graduanda em Ciências Sociais pela FURB. Bolsista de Extensão do FUMDES. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [fronzajm@live.com](mailto:fronzajm@live.com)

and seek to overcome them, both at school and in society. But recognizing the school's role in this process.

**Keywords:** Racism. Preconception. Acceptance of the other. Education. Law 10.639 / 2003.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de um projeto de extensão (*Aceitação do Outro: igualdade na diversidade étnica na escola*) que tem como propósito atuar junto às escolas de educação básica na região de Blumenau, contribuindo para que a Lei 10.639/2003 atinja seu propósito que é a construção de saberes acerca da história e da cultura afro e afro-brasileira. O projeto de extensão contou com financiamento do FUMDES (Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - Governo do Estado de Santa Catarina).

O princípio básico que motivou o projeto foi o entendimento de que a educação tem o compromisso de assegurar uma convivência igualitária entre as diferentes etnias, nos espaços escolares e sociais. Há uma vinculação do Projeto com um Programa de Extensão chamado *Vozes Plurais – Currículo Social e Diversidade Étnica na Escola*, desenvolvido por professores da Área de Humanas e da Educação. Com o desenvolvimento desse projeto verificou-se, entre esses professores, a necessidade da criação de núcleos que visassem fazer pesquisas, estudar e articular atividades e desenvolvesse ações dentro das temáticas referentes às questões da diversidade étnica, religiosa, as sexualidades, a sustentabilidade, etc. A partir dessas motivações já foram criados, na Universidade Regional de Blumenau (FURB), cinco Núcleos de Estudos: NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros); NEI (Núcleo de Estudos Indígenas); NERI (Núcleo de Estudos da Religiosidade e Interculturalidade); NEASS (Núcleo de Estudos de Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade) e *Voz Livre* (Núcleo de Estudos da Diversidade de Gênero e Sexualidade).

O Objetivo do Projeto de Extensão visa promover a aceitação da alteridade étnica, significando uma mudança de comportamento nas escolas e na sociedade no

que se refere às formas de preconceito e exclusão social de imigrantes em geral e dos negros em particular.

As estratégias do projeto consistiram em: a) tornar o projeto conhecido nas escolas de educação básica; b) conhecer a situação da questão afro, tanto nos currículos escolares quanto nos conteúdos e estratégias utilizados pela escola sobre a questão; c) saber da presença de afro-descendentes nas escolas; c) promover rodas de conversa, grupos de estudo, seminários, debates, discussões em reuniões pedagógicas e estimular a consciência acerca da temática afro na escola; divulgar o projeto, suas ações e efeitos nos meios possíveis, como eventos acadêmicos, movimentos sociais, jornais, periódicos, etc.

## **2 A ORIGEM DO RACISMO**

A constituição cultural, com hábitos, valores e critérios éticos distintos, com diferença na aparência física é verificada em todos os períodos da história. Mas, de acordo com Sant'Ana (MUNDANGA, 2005), o racismo, como ele se apresenta hoje, é um fenômeno relativamente novo. Em outros períodos da história, entre as motivações que levavam à exclusão, tanto na Antiguidade quanto na idade Média, a cor da pele ou a raça não eram levadas em conta. O que se observava eram características culturais ou políticas, como ateniense ou estrangeiro, grego ou bárbaro, Cidadão Romano ou não, características religiosas, cristão ou muçulmano, pagão ou fiel, mas não suas características físicas, como a cor da pele. As discriminações eram sempre ligadas a temas religiosos, políticos, de nacionalidade, etc. Mas a questão biológica não constituía motivo de exclusão naquela época.

O racismo passa a existir depois do século XV, época das grandes navegações, na chegada dos europeus à África. Ali eles encontraram um povo muito bem desenvolvido socialmente, com políticas de gestão bem estabelecidas. Nas questões tecnológicas não eram tão desenvolvidos, mas isso devido a condições ecológicas, sócio-econômicas e históricas da África daquela época, e não à sua inferioridade intelectual, conforme muitos cientistas pretenderam “comprovar” mais tarde (SANT'ANA, 2005).

O racismo é utilizado pelos europeus, como uma forma de dominação. Quando o negro é colocado como inferior, biológica e intelectualmente,

automaticamente coloca-se o europeu branco como superior, portanto detentor do poder, do controle. Quando se afirma que os europeus brancos são civilizados, resta como consequência que os demais são selvagens. Isso concederia uma licença permanente para exercer um poder baseado, não no direito e na emancipação, mas na expropriação e violência, “onde o fascismo social prolifera e floresce [...] como se se tratasse de perigosos selvagens coloniais” (SANTOS, 2010, p. 49). Assim se assegurava o uso da força contra aqueles que ainda não tinham alcançado a “civilização”, prática que causou muito sofrimento e morte entre os negros escravizados. A escravização dos negros foi de extrema importância aos europeus. Tornaram-se uma mão de obra com baixo custo, e a exploração de seu trabalho contribuiu muito para o enriquecimento dos brancos e opressores europeus.

O racismo não se consolidou rapidamente, de uma hora para a outra. Ele foi sendo passado de geração para geração, tornando-se, aos poucos, um modo de produção dos colonizadores nos territórios coloniais. A religião e a ciência tem grande papel nisto, pois muitos cientistas tentavam provar a superioridade de uma raça sobre a outra, bem como muitos teólogos e religiosos alegavam superioridade sobre aqueles que não eram fiéis. Tais estudiosos buscavam justificativas de seus argumentos em personagens conhecidas, como Aristóteles, disseminando a crença de que

Uma parte dos homens nasceu forte e, resistente, destinada expressamente pela natureza para o trabalho duro e forçado. A outra parte – os senhores, nasceu fisicamente débil; contudo, possuidora de dotes artísticos, capacitada, assim, para fazer grandes progressos nas ciências filosóficas e outras (GRIGULEVICH, *apud*, SANT’ANA, 2005).

Alguns chegaram, inclusive a negar a humanidade dos ameríndios, dizendo que eles não seriam filhos de Adão e Eva e, assim sendo, não poderiam ser humanos e sim escravos naturais. Mesmo com a declaração do vaticano de que os ameríndios eram de fato seres humanos, muitos teólogos, pesquisadores e religiosos ainda seguiam a ideia contrária. Entre 1550 e 1551 Frei Bartolomeu de Las Casas passa a defender os indígenas, afirmando que estes deveriam ser substituídos por negros. Ele defende a ideia de que os negros são mais fortes e, portanto, os que devem realizar o trabalho braçal. Esse argumento alega que os negros é que deveriam ser escravizados (SANT’ANA, 2005).

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração, predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica (MUNANGA, *apud* SANT'ANA, 2005, p. 46).

Sendo assim, o negro precisava ser civilizado, e para que isso ocorresse era preciso que a raça superior, a branca, fosse a “orientadora”, aquela que dominaria as raças inferiores e as doutrinar. Era necessário que os brancos tomassem o poder, pois se os negros (bárbaros) estivessem no poder o mundo voltaria ao estágio de barbárie, e os brancos não poderiam permitir que tal fatalidade viesse a acontecer.

O Racismo tem sua consolidação teórica e social no século XIX. Nesse momento ocorre tanto a recolonização do mundo (França, Inglaterra e Alemanha dividem entre si o mundo conhecido), quanto a afirmação teórica das raças e sua hierarquização (SANT'ANA, 2005), no bojo das discussões evolucionistas. Grande parte das práticas sociais de racismo, com seus preconceitos e crimes, deriva da construção antropológico-política do modelo de “civilização” europeia do século XIX.

No decorrer da história é possível observar, em muitos momentos, que o negro continuou a ser descartado da vida intelectual, das teorias filosóficas, das doutrinas religiosas, muitas vezes sendo considerado tão inferior quanto algo não humano. As teses científicas elaboradas para justificar a escravidão foram muito difundidas e aceitas no meio social.

[...] poderíamos dizer que não há dúvida de que a produção de tantos ensaios, tratados e teses para justificar a escravidão deixou as suas maléficas consequências, principalmente para os negros, que foram e são as vítimas maiores de uma conspiração histórica que ainda perdura em nosso dia-a-dia. (SANT'ANA, 2005, p.49)

Apesar de vetados os estudos “científicos” que provavam a inferioridade do negro, por configurarem evidente absurdo, a marca deixada ainda se faz presente em toda sociedade brasileira. Seus efeitos continuam sendo passados de geração em geração, perpetuando algo que hoje já não vale mais cientificamente, mas que socialmente ainda perdura, a ideologia racista (SANT'ANA, 2005).

## 2.1 O QUE É SER NEGRO?

Quando se volta o olhar para o povo brasileiro, a miscigenação é muito evidente. Mas, apesar das diversas culturas, crenças e origens se cruzarem e, mais ainda, de deixarem marcas umas nas outras, o preconceito, a não aceitação do outro, ainda são muito presentes.

No Brasil o racismo ainda é um problema em praticamente todos os setores da vida em sociedade. Nesse sentido, o momento histórico ainda é de grandes contrastes e desafios. Por um lado a economia cresce vertiginosamente, alçando o Brasil como forte candidato a país desenvolvido. Por outro lado, há conflitos, preconceitos, pobreza, exclusões, injúrias, exploração e crimes raciais que sinalizam a necessidade de sérios investimentos em educação e cultura para a promoção da igualdade, sobretudo étnica. Em nosso país, o número de desempregados, sub-empregados, encarcerados, assassinados é assustadoramente desigual, muito elevado entre algumas etnias, como os negros, se comparado aos brancos. Quando se analisa o acesso das pessoas aos bens econômicos e culturais, a má distribuição das riquezas e a concentração da renda são assustadoras, com um fortíssimo componente étnico; perdemos para a maioria dos países subdesenvolvidos. A fortuna e o desperdício contrastam com a miséria e a exclusão. Igualmente são alarmantes os índices de violência brutal, praticada pelo capital econômico, pelo sistema judiciário, pela polícia, pelo Estado e por pessoas anônimas, na relação agentes-vítimas do racismo.

Os diversos dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos africanos e dos afro-brasileiros, visando combater a ideologia do racismo que ainda domina a maior parte do imaginário social, tanto das pessoas, no cotidiano, quanto nas práticas econômicas e nas rotinas das instituições. Compreende-se que a herança racista que a sociedade recebeu pode encontrar na educação escolar, comprometida com atitudes afirmativas sobre as relações étnico-raciais e com conteúdos de educação sobre a história e a cultura afro e afro-brasileira, instrumentos de combate efetivo ao racismo.

Em Blumenau, no ano de 1991 haviam, segundo dados do IBGE, 7.830 negros, o que correspondia a 3,69% da população. Segundo o censo de 2010, essa população subiu para 17.258 negros, chegando próximo de 10% da população. Mas quando se olha para a universidade, percebe-se que eles não chegam a 1% da população que frequenta o ensino superior hoje. Sua condição de minoria faz com que eles estejam longe de romper a posição de inferioridade econômica e social. Segundo o Professor da FURB, Nazareno Loffi Schmoeller, no mercado de trabalho eles recebem 35% a menos que os brancos, com o mesmo tempo de serviço e formação. De 2010 a 2016 o número de imigrantes de outras regiões do Brasil e de outros países da América, como o Haiti, se intensificou. Nessa imigração, o número de negros imigrados é superior ao número de brancos. Mas não temos dados de 2016 sobre a população negra em Blumenau e região.

As condições materiais das escolas e da formação de professores são indispensáveis para conseguir-se o disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, diversos grupos étnicos que são postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e na manutenção de privilégios para os sempre privilegiados.

Ser negro na sociedade brasileira, com acento maior na Região Sul e, mais especialmente ainda na região do Vale do Itajaí, que se intitula *Vale Europeu*, em diferentes mídias e placas ostensivamente exposta em espaços públicos, ainda é sinônimo de inferioridade. Tal inferioridade está tão naturalizada que ela necessita de forte empenho intelectual para ser posta à luz. Tornar visíveis as práticas racistas ainda esbarra em argumentos sobre a *democracia racial*, a liberdade para todos que tiverem esforço, competência e merecimento, citando como exemplo Pelé, etc. Vencer esses argumentos é um trabalho árduo. Ele ainda não é uma mudança na prática racista, apenas a desnuda. O segundo passo é agir pela igualdade étnica em todos os espaços.

## 2.2 O RACISMO E A ESCOLA

Nos últimos anos, no Brasil, o governo tem buscado reconhecer e valorizar a história e a cultura africana e afro-brasileira nas escolas para que essa atitude também se reflita na sociedade. A Lei 10.639/2003 é uma lei específica nesse sentido, pois torna obrigatório o ensino de conteúdos da história e da cultura dos povos africanos e afro-brasileiros em todas as escolas de educação básica, tanto particulares como públicas. Busca-se, com a lei, propiciar aos estudantes outra visão sobre ser negro. Diferente dos estereótipos preconceituosos que muitas vezes figuram nos livros didáticos, incentiva-se uma leitura mais positiva desses povos. Sabe-se que sua cultura é algo muito mais rico do que a história escravocrata, ensinada nas escolas do Brasil. Muitas vezes essa é a única história ensinada aos estudantes. Uma releitura da história desses povos possibilita conhecimentos sobre a positividade de suas culturas, sobre as lutas dos negros e seu importante papel na sociedade brasileira. Nos diferentes setores, como o econômico, político, social e cultural o negro tem extrema importância. Ele faz parte da formação de nossa sociedade e de nossa humanidade. Mostrar isso aos estudantes possibilita e eles uma nova visão sobre ser negro, não apenas a de escravo oprimido, mas homens e mulheres que, em suas histórias e culturas, vindos de lugares distantes e desconhecidos, trazem em sua herança muita riqueza e tem muito a ensinar. Mostrar isso aos estudantes é possibilitar a eles e aos negros a oportunidade de se verem como protagonistas da história do Brasil. Importante também ensinar aos estudantes negros seu valor, para que possam ter orgulho de si e sentir-se valorizados em sua história e cultura.

É preciso, para que a lei seja, de fato, cumprida, que os conteúdos sejam realmente passados aos estudantes e que se consiga ir além do que está escrito nos livros. Faz-se necessária a integração étnica, ações e projetos que provoquem mudanças no comportamento racista, seja nas práticas pessoais, informais, seja nas práticas institucionalizadas. É importante que a escola faça a diferença efetiva na vida destes estudantes.

---

A necessidade de uma formação direcionada à diversidade étnico-racial do país se faz imperativa, a fim de que os profissionais da educação tenham as condições sócio-informativas adequadas para implementar nos currículos



do ensino básico a história dos povos negros, indígenas, ciganos, judeus e das distintas identidades nacionais que habitam o interior do Brasil. (PEREIRA, 2016, p.08)

Os professores também precisam de apoio e formação para que estejam aptos a educar os estudantes nas atitudes e no conhecimento sobre estes povos. Com isso conseguem desenvolver, junto aos estudantes, o conhecimento dos povos e culturas afro e na atitude ética de sua valorização e respeito. Sabe-se que muitos professores também não conhecem mais do que o conteúdo metodológico dos livros didáticos sobre os povos africanos e afro-brasileiros. Sendo assim, é de fundamental importância que as instituições formadoras destes docentes se engajem no desenvolvimento de disciplinas e projetos que capacitem o professor a compreender e compartilhar a história e cultura dos mais diversos povos. É preciso que o professor tenha base teórica para explicar e dialogar com os estudantes e, mais do que isso, consiga introduzir os estudantes em cada uma das diferentes realidades culturais e históricas.

A formação continuada é importante para que os professores já formados continuem atualizados com os assuntos recorrentes em relação ao ensino de diferentes culturas. A troca de conhecimento entre professores de diferentes escolas é enriquecedora e poderia aumentar consideravelmente as estratégias e metodologias que ensinam e incluem os diferentes povos. Assim, além de uma formação que prepare o professor, é preciso que a manutenção dessa formação seja frequente.

O racismo se faz presente diariamente no ambiente escolar, entre estudantes, professores e coordenadores, muitas vezes tão naturalizado que nem é percebido. Os estereótipos são consolidados e, na escola, as pessoas classificadas de acordo com eles.

Quando uma pessoa está tão convencida de que os membros de determinado grupo são todos violentos e atrasados (ou, ao contrário, decentes, brilhantes e criativos), a ponto de não conseguir vê-los como indivíduos, e se nega a tomar conhecimento de evidências que refutam essa sua convicção, então, estamos diante de uma pessoa preconceituosa (BEATO, *apud* SANT'ANA, 2005, p.62).

A convicção de superioridade, seja ela no sentido cognitivo ou biológico, está naturalizada em muitas de nossas ações. Quando se generaliza que todo negro é

burro, ou que toda mulher é frágil, ou que toda sogra é chata e assim por diante, coloca-se em prática estereótipos que são utilizados para justificar a inferioridade do outro e, com isso, nossa suposta superioridade.

A lei 10.639/03 abre espaços para uma educação anti-racista, mas, a construção metodológica para abordar os temas propostos na lei de forma a superar o grau de desconhecimento, a fragmentação e fragilidade das formações, os tabus, mitos e por fim o racismo impresso no dia a dia da sala de aula, isto nós teremos que construir de modo resistente na cultura escolar. (PEREIRA, 2016, p.19)

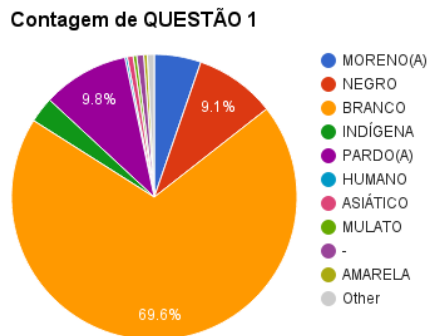
Consolidada a formação inicial e continuada de qualidade, a tarefa não acabou. Atuar sobre cada situação de racismo ou qualquer outro preconceito, conscientizar cada um que se encontra pelo caminho, a fim de promover a empatia e aceitação do outro é um passo ainda mais importante.

### 2.3 AS QUESTÕES ÉTNICAS E O “SER NEGRO” NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BLUMENAU

Junto aos estudos e debates das questões históricas, teóricas e educacionais envolvendo o racismo, para viabilizar o projeto de extensão, elaborou-se um instrumento de diagnóstico para identificar o tema do racismo dentro das escolas públicas em Blumenau, bem como a forma com que ele é ou não percebido entre os estudantes. Este instrumento, um questionário de seis questões, foi aplicado em dezesseis escolas de ensino fundamental e médio do município de Blumenau. As séries escolhidas para o diagnóstico foram os oitavos e nonos anos no ensino fundamental e os primeiros, segundos e terceiros anos do ensino médio. Ao todo, 758 estudantes responderam o questionário.

Abaixo seguem os dados do questionário, com os gráficos quantitativos, e a análise que inclui também respostas descritivas que os estudantes registraram no questionário, nos espaços próprios.

Gráfico 1 – Você se considera:



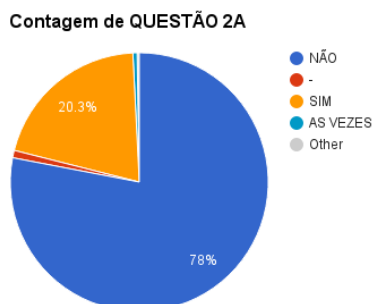
O gráfico mostra que praticamente 70% dos pesquisados se identificam com a cor “branco”. Esse dado é importante porque assinala uma mudança nas proporções étnicas da população de Blumenau. Se em 1991 os negros eram 3,69% da população e em 2010 estava próximo a 10%, em 2016, se somarmos os que assinalaram moreno, pardo e mulato aos que se identificaram como negros, esse percentual sobe para próximo a 30%. Saliente-se que a pesquisa foi feita apenas em escolas públicas, situadas nos bairros, na periferia. Se o diagnóstico fosse feito em escolas particulares do centro da cidade, ao que se observa quando se adentra nesses espaços, o percentual de não brancos provavelmente ficaria abaixo de 1%.

Os primeiros dados sobre a identidade étnica no Brasil datam de 1872, quando foi realizado o primeiro censo, utilizando quatro opções para identificar a população: branco, preto, pardo e caboclo. Apenas em 1991 o censo inclui a população indígena e a classificação passa a utilizar "cor ou raça", com cinco categorias: branco, pardo, preto, amarelo e indígena. Não há uma classificação internacional para esse tipo de censo, mas o modo como o Brasil, com sua classificação única, construída pelas peculiaridades de sua história, baseada em característica da cor da pele, que vai de um tipo ideal (o branco) ao outro extremo, o preto, revela o caráter problemático da questão do racismo em nosso país. Mesmo após três décadas de mobilização política das populações afrodescendentes para constituir uma identidade positiva em torno do conceito *negro*, que não é apenas uma questão de cor, mas de etnia, dignidade e orgulho identitário, o Estado, por seu instituto oficial (IBGE) ainda utiliza uma classificação racista, baseado na cor (preto, pardo).

Na auto declaração da cor/etnia entre os escolares de nosso diagnóstico, é revelador o dado de que muitos utilizaram as expressões “moreno(a)”, “pardo(a)”, “mulato(a)”, “amarelo” para se identificar. Durante o tempo em que instrumento estava sendo aplicado nas escolas, muitos estudantes vinham nos questionar sobre “qual cor tinham”, ou então discutiam entre eles para chegar a uma conclusão. Ressalte-se que as respostas foram dadas por adolescentes na faixa etária entre 13 e 18 anos e que frequentam o Ensino Médio ou os dois últimos anos das séries finais do Ensino fundamental, portanto, já têm vivência significativa da escola e já acessaram a quase todos os conhecimentos da Educação Básica.

No caso dos estudantes pesquisados, o fato de muitos não assinalarem uma das opções, mas preencher o espaço “outro” e utilizar nomenclaturas mais frequentes no dia a dia, para sua identidade étnica, tais como “morena/o”, “mulata/o”, mostra o modo como esse tema é (ou não é) tratado nas escolas. Considerando que a consciência sobre “ser negro”, é uma questão ética e política, mas que menos de 10% assinalaram esta opção e que em torno de 20% escolheram “outros” (moreno, mulato, amarelo) indica que uma conscientização sobre o racismo está distante do cotidiano escolar destes estudantes. Pode-se inferir que as escolas pesquisadas, nas práticas educacionais de seu currículo, mantêm-se nos limites dos conhecimentos fornecidos pelos livros didáticos, sem projetos e ações mais específicas sobre as questões étnicas e raciais, conforme sanciona a Lei 10.639/2003.

Gráfico 2 – Você já se sentiu desconfortável frente a uma pessoa de outra religião, raça ou etnia? Por quê?



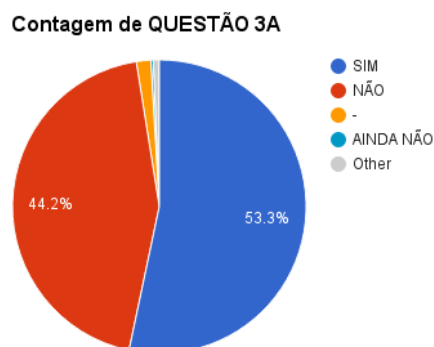
A segunda questão foi elaborada com o intuito de verificar se os estudantes percebiam o preconceito em suas vivências escolares e sociais. Tal percepção se apresentaria em forma de desconforto em relação a outras etnias ou religiões. O alto índice (quase 80%) de respostas que declaram nunca terem sentido desconforto frente a pessoas de outra religião, raça ou etnia não necessariamente assinala que há uma convivência harmoniosa entre as diversidades presentes na escola. Deve-se considerar que ocorre, na dinâmica sócio-histórica que constituem as subjetividades, um processo de naturalização das desigualdades. Assim, por exemplo, aparece como natural uma subordinação das mulheres em relação aos homens, de homossexuais aos heterossexuais ou de negros em relação aos brancos. Não sentir desconforto pode assinalar que a própria escola naturaliza essas desigualdades e não chama a atenção para os preconceitos e as formas de violência praticadas pela *normalidade*. Um pouco mais de 20% registraram já haver presenciado práticas preconceituosas, frente às quais sentiram-se desconfortáveis. Tal desconforto não implica apenas questões de racismo, mas também religiosas ou culturais. A causa do desconforto pode ser por haver sofrido o preconceito, ou por ter sentido um incômodo frente a alguém “diferente”, o que implica certa consciência de ser preconceituoso.

No questionário havia também um espaço para registrarem descritivamente o que vivenciaram. Analisaremos, nas respostas descritivas, apenas algumas falas de estudantes que relataram sentir desconforto por *não serem aceitos* pelos outros: “*Pelo fato de eu ter cabelos crespos e as pessoas me olharem de uma forma diferente*”; “*Por estar no meio de um grupo com pessoas de pele mais clara e a minha ser mais escura, pelas ‘brincadeiras’ que eles fazem, me sinto mal, mas relevo.*”; “*De vez em quando no ônibus que eu pego para vir e voltar da escola, geralmente fico intimidado por alguém mais alto ou mais claro que eu*”. Em todas estas expressões pode-se identificar o preconceito que as pessoas sofrem por serem negras. A questão dos cabelos crespos é algo muito presente na escola, e que tem sido motivo de muitas discussões, principalmente em redes de relacionamento na internet. Hoje existem muitos movimentos virtuais que *defendem* “o crespo”, que meninas e meninos assumam seus *cachos*. Mas na escola a questão do cabelo liso, sem volume, ainda é muito forte, muito exigida para que a(o) adolescente seja incluída(o) em algum grupo. As “brincadeiras” são bastante

ofensivas e até mesmo opressoras. Muitas vezes isso não se dá de forma explícita, mas, observando-se que a maioria das meninas de cabelos crespos alisam o cabelo com produtos químicos, quase sempre irreversíveis, frente a uma minoria que mantém *seus cachos*, entende-se que elas buscam aceitação ou simplesmente sobreviver em meio a um ambiente hostil a certas características físicas.

Quando o estudante diz que releva as “brincadeiras”, na verdade não vê outra saída. Quando ele sofre o preconceito e releva, consegue “manter” as amizades. Se reclamar, os colegas alegam ser só brincadeira, que ele está sendo chato, extremista, e acabam por excluí-lo do grupo. Na questão do estudante que se sente intimidado no ônibus por alguém mais claro que ele, pode-se observar a presença do estereótipo criado ao longo de nossa história: o negro é olhado com desconfiança, pois passou a ser visto pelos brancos como bandido, marginal. Importante considerar o quão assustador deve ser para este estudante conviver num ambiente destes. Se por acaso algum celular “sumir” da bolsa de alguém, obviamente que ele será o primeiro a ser acusado. Foram selecionadas apenas três expressões para esta análise, mas ao ler o diagnóstico completo, é possível identificar muito do que já foi falado sobre a perpetuação do racismo. Os estudantes se sentem desconfortáveis, pois simplesmente não há respeito, aceitação do outro como ser humano.

Gráfico 3 – Na sua escola, você já viu situações de preconceito, intolerância ou agressão, por motivações étnicas (racismo) e/ou religiosas? Como ou por quê?

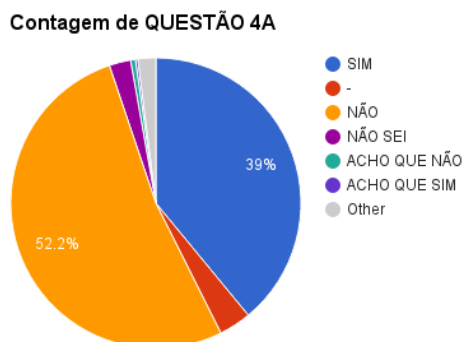


Nesta questão, o intuito foi identificar como os estudantes percebem o preconceito, a intolerância. Aqui se desvela um índice elevado da percepção do

preconceito. Mais de 53% das respostas declaram já haver visto uma situação em que o preconceito se manifestou. Prestando atenção no que dizem sobre a situação, verifica-se que a percepção está mais no âmbito da linguagem, em “brincadeiras” de caráter racista ou preconceituoso. Possivelmente não compreendem a noção mais profunda do racismo historicamente construído e do quanto essas “brincadeiras” são apenas o efeito de superfície da discriminação e do sofrimento dos negros em nossa sociedade.

Em algumas respostas, o estudante que presenciou a situação estava, em verdade sofrendo a agressão. Noutras trata-se de alguém que viu a agressão e em outras trata-se de alguém que estava praticando preconceito contra alguém. Embora a discriminação esteja naturalizados no dia a dia das pessoas, muitas a percebem de alguma forma. Separamos, para a análise, três expressões: *“O próprio professor por motivo de o aluno ser negro, não esperar muito dele”*; *“Os alunos chamam outro de nomes racistas ou preconceituosos por motivos de brincadeiras, não querendo ofender a pessoa diretamente”*; *“Algumas piadas e trocadilhos que podem ser consideradas racistas, porém eles são aceitos amigavelmente por todos como forma de brincadeiras”*. No caso do professor praticar racismo, várias respostas manifestaram a indignações dos estudantes. Esse, embora nem tão incomum em nossa região, é o caso mais grave, pois, se o racismo parte do próprio educador em sala de aula, a reprodução dele é ainda mais provável entre os estudantes. Os estudantes, vítimas de racismo, com quem vão contar, como pedir ajuda, quando é o próprio professor quem discrimina? O fato de o professor desacreditar da capacidade intelectual do estudante por causa da cor de sua pele ou das condições econômicas de sua família, além de extremamente violenta, é uma atitude que reforça a segregação, pois motiva a evasão escolar, condenando este adolescente ao subemprego e à marginalidade. O racismo em forma de “brincadeira” também apareceu em muitas das respostas dos estudantes, que não veem o racismo como algo grave. O preconceito está naturalizado de tal forma que as próprias vítimas, em muitos casos, já não enxergam a agressão. A desnaturalização do racismo e do preconceito nas escolas, embora trabalhoso, é urgentemente, se quisermos investir na construção de uma sociedade mais igualitária.

Gráfico 4 – Na sua escola são desenvolvidas ações para aceitação de diferentes etnias e religiões?



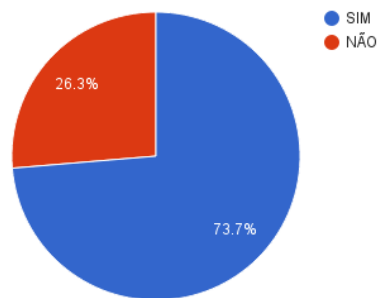
A grande maioria, 52,2% dos estudantes, declara não conhecer ações desenvolvidas na escola para combater as diferentes formas de preconceito, entre elas o racismo. Entre os que declaram conhecer, as respostas anotadas no questionário ficam vagas: “*não sei, acho que sim*”. O alto índice de desconhecimento de ações no ambiente escolar pode ser devido ao desinteresse ou indiferença dos estudantes pelo tema, mas pode ser também pela inexistência de projetos/ações que combatam o preconceito e incentivem uma ética de aceitação do outro.

As ações citadas pelos estudantes, em realidade, ocorrem apenas nas discussões durante as aulas de sociologia, história e filosofia, que às vezes tratam desses temas. Também existem registros de estudantes que compreendem a necessidade de discussão destes temas: “*Existe um debate sobre o tema, porém não é bem abordado durante as aulas, acho que o assunto deveria ser tratado com mais seriedade e abordado com mais frequência durante as aulas*”; “*Não, até porque eles nunca falam, acho que deveriam abordar mais sobre o assunto acho que é uma coisa importante pois hoje em dia tem muito preconceito e mesmo assim a escola não toma providência*”. As falas mostram o quão indiferente a escola parece estar com as questões de preconceito e racismo. Provavelmente poucos educadores conhecem a Lei 10.639/2003 e não se verificam ações que visem lhe dar cumprimento. Para alguns estudantes, é urgente a necessidade de conscientização das pessoas neste assunto.



Gráfico 5 – Além dos conteúdos das disciplinas, os professores conversam sobre alguns dos temas Diversidade Religiosa

Contagem de 5 - DIVERSIDADE RELIGIOSA



Nesta questão os estudantes tinham três opções a assinalar: a diversidade religiosa, povos indígenas e povos afro-descendentes. Eles poderiam assinalar mais de uma opção, caso a escola trabalhasse com mais de uma das três temáticas. Também poderiam deixar as três opções em branco, caso nenhuma delas fosse trabalhada na escola. Separamos as respostas em três gráficos distintos, sendo o primeiro o da diversidade religiosa, o segundo dos povos indígenas e o terceiro dos povos afro-descendentes.

O gráfico, visto sob um ponto de vista geral, apresenta alto índice de respostas afirmativas, com quase 74% sobre a diversidade religiosa. Mas será que estas discussões são de fato sobre a diversidade religiosa e a aceitação das diferentes tradições, enquanto ações afirmativas da escola? Provavelmente os estudantes reponderam apenas porque se lembraram que tem a disciplina de Ensino Religioso na grade escolar e estudaram sobre as religiões. Entretanto, falar de outras religiões não basta, é preciso que a aceitação de diferentes tradições religiosas seja fomentada no cotidiano escolar, em sala de aula, nos corredores, pátios e na sociedade, pela empatia entre os estudantes, evitando o preconceito e as agressões que se tem verificado, sobretudo aos praticantes de tradições religiosas de matriz africana.

Gráfico 6 – Além dos conteúdos das disciplinas, os professores conversam sobre alguns dos temas Povos Indígenas

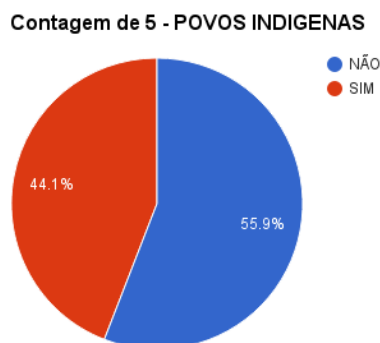
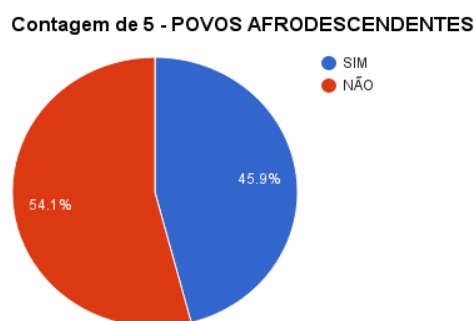


Gráfico 7 – Além dos conteúdos das disciplinas, os professores conversam sobre alguns dos temas Povos Afrodescendentes



Comparando os dois gráficos acima verifica-se praticamente uma inversão entre eles. Enquanto 55,9% declararam que os professores não conversam sobre o tema indígena, contra 44,1% que declara que eles conversam, no gráfico sobre povos afrodescendentes, 45,9% dos estudantes declara que os professores conversam, contra 54,1% que declaram que os professores não conversam sobre o tema dos povos afrodescendentes.

Também nestes dois temas, possivelmente a menção de que os professores conversam deve-se às aulas de história e geografia. Dificilmente essa conversa vai além dos “índios da época do descobrimento do Brasil” e dos “escravos que trabalhavam para os senhores de engenho ou para os barões do café”. Assim como no assunto sobre religiões, a cultura indígena e afro-brasileira deve ser passada de forma mais profunda e ampla. É fundamental ir além do “processo de civilização” de

índios e negros. Para construirmos de fato uma democracia racial é fundamental que se desenvolvam reflexões e ações acerca da situação atual dos povos indígenas e dos povos afrodescendentes no Brasil. Um melhor conhecimento sobre a riqueza religiosa, cultural, artística e culinária destes povos pode contribuir significativamente. A espiritualidade dos povos indígenas é infantilizada em muitos materiais didáticos, enquanto a espiritualidade dos povos afrodescendentes é caricaturizada em figuras ambíguas ou até inclinadas para o mal. A educação escolar deve superar esses estereótipos.

A Questão 6 questão “*Como você acha que temas como cultura indígena, questões de racismo, preconceito e diversidade religiosa deveriam ser trabalhados?*” foi elaborada com o intuito de identificar em quais ações os estudantes de hoje gostariam de participar sobre as diversidades. O ponto de vista dos estudantes ajuda a entender quais os métodos mais eficazes de trabalhar pedagogicamente questões como o racismo. Conseguir envolver o estudante nas discussões e outras ações afirmativas é tarefa complexa e difícil. Solicitar suas sugestões sobre como gostariam de desenvolver/estudar na escola, além de dar suporte e tornar mais eficaz as ações, faz com que o estudante se sinta parte do processo, envolvendo-se nos projetos. Trata-se de uma pedagogia que faça do estudante o protagonista da escola, não apenas um caso pedagógico. Isso desperta seu interesse para as ações que ocorrerem em sua escola. A maioria dos estudantes sugeriu palestras de conscientização, muitos utilizaram a expressão “*palestras para que possamos aprender a aceitar*”, deixando claro que muitos compreendem que a aceitação da diversidade não é algo fácil. Quando se passa a vida toda escutando uma única verdade, é muito difícil desconstruí-la para reconstruir-se com a diversidade. Também sugeriram rodas de conversas, debates, diálogos, sinalizando que, além ouvir, precisam falar, discutir, contribuir com ideias. Escutar o estudante é algo de extrema importância, mas pouco praticada nas escolas. Eles sentem falta de serem ouvidos.

A análise mostra que na escola existem muitas crianças e adolescentes que sofrem discriminações, muitas vezes diárias. Mas, infelizmente, muitos estudantes não percebem a existência do racismo. Isso significa que o racismo, por sua

permanência ao longo da história, já está naturalizado. Este é um fato que merece muita atenção: as práticas de racismo já naturalizadas precisam ser trazidas à tona, é necessário que o racismo seja percebido para que então seja combatido. O racismo é reversível quando intencionalmente trabalhado. Através de diálogos, questionamentos e discussões, é possível que a desnaturalização do racismo ocorra. Criar um estranhamento sobre as atitudes de intolerância é de extrema importância dentro das salas de aula.

Nas ações do presente projeto de extensão foram realizadas ações como a participação nos seminários de licenciatura, na própria universidade e em eventos como o PIBID/SUL - PARFOR/SUL - ENLICSUL, em Lages, ou Simpósio em Londrina. Nestes ambientes se promoveu discussões a partir dos dados do diagnóstico, mas também com base nas experiências do Programa de Extensão Vozes Plurais e das parcerias com os Núcleos, NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros), NEI (Núcleo de Estudos Indígenas) e NERI (Núcleo de Estudos da Religiosidade e Interculturalidade), Voz Livre (Núcleo de Estudos da Diversidade de Gênero e Sexualidade). Realizaram-se rodas de conversa, sob o conceito Vozes Plurais, com o intuito de provocar a discussão sobre o racismo e alteridade na Formação de Educadores. As ações do projeto, seja junto às escolas, seja na formação inicial ou na formação continuada dos professores, são inspiradas nos novos desafios da educação, frente a importantes temas como alteridade, diversidades étnicas, religiosas, culturais, estéticas, sexuais, entre outras.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reconhecendo a diversidade como uma múltipla realidade de vivências e saberes historicamente construídas, entende-se que, mais importante do que produzir polêmica ou hostilizar os culpados pela intolerância, é desenvolver um senso crítico de respeito e espírito ético para acolher e conviver com os diferentes nas suas diferenças. As rodas de conversa objetivam propiciar o diálogo entre algumas temáticas que envolvem as diversidades em nosso país, constituindo-se num espaço de solidariedade e partilha dos saberes e sabores da vida como um modo de presentificação dessas diversidades para a experimentação e o diálogo entre os participantes. No mundo contemporâneo somos ontologicamente expostos

às diversidades, com os estranhamentos, as aprendizagens, mas também as agressões e as violências decorrentes desses contatos. Junto com a aprendizagem dos conteúdos curriculares formais, se faz necessário promover os fundamentos epistemológicos, éticos, estéticos e ontológicos da educação para uma convivência de respeito, admiração e aprendizagem com as formas plurais da vida humana. Importa, portanto, atuar junto à formação dos educadores para que novos saberes sejam desenvolvidos, pelo diálogo, em nossas instituições, favorecendo, assim, uma ética do acolhimento e cuidado com as alteridades.

A diversidade é um dos conteúdos da educação para o nosso século. Conhecer, admirar sua singularidade e acolher o outro em sua especificidade é um dos grandes desafios na formação ética da pessoa humana em nosso tempo. As intensas migrações humanas que presenciamos, movidas pela necessidade de emprego, fome ou guerras, ou mesmo o encontro entre populações originárias e imigrantes, como é o caso no Brasil, aliado à velocidade das informações e dos meios de transporte, exigem novas atitudes na educação, visando a integralidade e a diversidade de nossa existência.

Embora reconhecendo a dificuldade de desconstruir comportamentos e crenças, como o preconceito e o racismo, não cabe à escola se omitir. A escola não tem o direito de negar sua existência, muito menos de reproduzi-lo. Não vale a desculpa de que “hoje tudo é racismo”. O trabalho é bastante árduo e longo, entretanto, não se pode desistir. Todo trabalho de desconstrução leva tempo, requer paciência e conhecimento. Desconstruir a suposta “não existência” do racismo não vai ser diferente. Faz-se necessário um trabalho em conjunto, e a escola tem extrema importância na educação para as diferenças. Parafraseando Mandela, se aprendemos a odiar, podemos aprender a amar. Isso é compromisso da educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. Por que Ensinar a História da África e do Negro no Brasil de Hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 20, p. 20-31, dez. 2015.

PEREIRA, M.C. **Educação e Diversidade**: preconceitos e dificuldades na implementação da Lei. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6945461-Educacao-e-diversidade-preconceitos-e-dificuldades-na-implementacao-da-lei-10-639-03-junto-aos-professores-das-redes-municipais-de-ensino-no-brasil.html>. Acessado em: 30/07/2016.

SANT'ANA, Antonio Olimpio de. "Historia e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados". In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: Secad, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. "Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais para uma epistemologia de saberes". In.: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Souza (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

**Artigo recebido em: 31/07/2016**

**Artigo aprovado em: 09/08/2016**